

# Anistia aponta violações de direitos nos EUA

Humano

FLAVIA SEKLES

Correspondente

WASHINGTON - Poucos dias depois de divulgarem seu relatório anual sobre direitos humanos no mundo - um documento que inclui críticas a países mais repressivos e àqueles que estão no processo de democratização -, os Estados Unidos chamaram a atenção por causa da execução de Karla Faye Tucker, condenada pelo assassinato de duas pessoas no início da década de 80. O papa, o Parlamento Europeu, a Anistia Internacional e as Nações Unidas denunciaram a execução como uma violação de tratados de direitos humanos dos quais os EUA são signatários. "Uma morte não justifica outra", disse Mary Robinson, chefe do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, reclamando do uso cada vez mais freqüente da sentença de morte nos EUA e em outros países. No início de janeiro, o número de presos no corredor da morte, nos EUA, tinha ultrapassado 3.300, um recorde.

A pena de morte é apenas o mais gritante exemplo de violações dos padrões de direitos humanos internacionais cometidas pelos Estados Unidos, segundo a Anistia Internacional, que está organizando para o final deste ano uma campanha para ressaltar os problemas americanos, dos quais a pena capital não é o único. A lista inclui também brutalidade policial, mau tratamento dado a presos, assaltos sexuais a mulheres em prisões, mau tratamento a imigrantes que pedem asilo, abusos contra imigrantes ilegais presos na fronteira etc.

O ponto nevrálgico dos problemas de direitos humanos nos EUA são as condições socioeconômicas e raciais. Por exemplo,

41% dos homens no corredor da morte são negros, que representam 10% da população. "Há um alto nível de proteção de direitos humanos nos EUA em geral, mas temos áreas significativas de problemas", diz John Langan, professor do Instituto Kennedy de Ética, da Universidade Georgetown. "O sistema de justiça funciona melhor para aqueles que podem comprar, através de advogados, a melhor defesa", acrescenta Langan. Além disso, o público americano aceita uma atitude extremamente punitiva contra aqueles que cometem crimes. A própria noção de que a pena de morte é uma violação de direitos humanos não é percebida pelos cidadãos e nunca foi aceita pelo governo.

**Responsabilidade** - "Há um grande número de problemas sobre os quais estamos preparando um relatório que será divulgado no fim do ano", disse ao **JORNAL DO BRASIL** Janice Christiansen, diretora da campanha da Anistia Internacional sobre os EUA, acrescentando: "Os Estados Unidos sempre tiveram um papel amplo e positivo no avanço de direitos humanos no mundo inteiro, mas também é de sua responsabilidade garantir os direitos de seus cidadãos. Temos um nível altíssimo de liberdades e proteções, mas não somos perfeitos".

A Anistia Internacional não faz listas comparativas sobre quais países cometem mais infrações de direitos humanos, ou quais infrações são piores. Segundo sua filosofia, um país que comete uma violação de direitos humanos não é pior que o país que comete duas violações. Todas as violações são igualmente ruins.

A pena de morte é a área dos Estados Unidos na qual a maioria dos grupos de direitos humanos

concentra suas energias e verbas. "O que é surpreendente no caso da pena de morte nos Estados Unidos é que ela já foi abolida em outros países dos quais nos consideramos aliados", diz Lumár Rachley, diretora de Comunicações da Anistia. "Não se compreende por que os Estados Unidos ainda mantêm esse recurso da Idade das Trevas em seu arsenal de justiça".

Mais alarmante é a tendência existente em vários estados do país para baixar a idade mínima para condenar criminosos à morte. No corredor da morte há 64 indivíduos que cometeram crime quando ainda eram menores. Entre estes, dois terços são membros de minorias e dois terços das vítimas são brancas. Apenas seis países no mundo executaram menores nesta década: Paquistão, Arábia Saudita, Irã, Nigéria e Iêmen. Nesse período, os EUA executaram seis condenados que cometeram os crimes quando menores, mais que qualquer outro país.

O Departamento de Estado faz seu relatório anual sobre direitos humanos em outros países com o objetivo de usar as informações na formulação da política externa americana. Na apresentação, o subsecretário de Estado, Strobe Talbot, disse que uma premissa básica da política externa americana é que governos que respeitam a dignidade e a liberdade de seus cidadãos são membros muito mais responsáveis da comunidade internacional. A Anistia Internacional tem o mesmo propósito em suas campanhas internacionais. Segundo Christiansen, os EUA têm um poder tão grande de estabelecer padrões de conduta que é um imperativo da organização combater o que considera abusos aqui, antes que esses sejam copiados em outros lugares.